

LUTAR: VALORIZAR O TRABALHO E OS TRABALHADORES

A CGTP-IN valoriza os avanços na recuperação de alguns direitos, de rendimentos e salários, no aumento das pensões, reformas e apoios sociais. Mas são progressos tímidos, face às consequências da política de agravamento da exploração e empobrecimento do Governo PSD/CDS-PP que subsistem. É preciso responder aos problemas estruturais do país, resultantes de décadas de política de direita.

PORTUGAL NÃO PODE CONTINUAR REFÉM DAS IMPOSIÇÕES DA UNIÃO EUROPEIA, DOS CONSTRANGIMENTOS DO EURO E DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CONDICIONAMENTO DO NOSSO DESENVOLVIMENTO SOBERANO, DO PESO DA DÍVIDA, QUE TEM DE RENEGOCIAR!

É PRECISO ROMPER COM A POLÍTICA DO PASSADO!

PERSISTEM AS DESIGUALDADES SOCIAIS E A POBREZA DE PARTE SIGNIFICATIVA DA POPULAÇÃO!

É PRECISO ROMPER COM A POLÍTICA DO PASSADO!

A PRECARIIDADE, QUE ATINGE CERCA DE 1 MILHÃO DE TRABALHADORES, CONTINUA SEM RESPOSTA CONSEQUENTE!

É PRECISO ROMPER COM A POLÍTICA DO PASSADO!

OS SALÁRIOS E AS REFORMAS CONTINUAM MUITO BAIXOS!

É PRECISO ROMPER COM A POLÍTICA DO PASSADO!

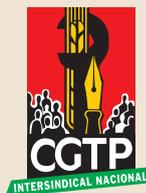
OS DIREITOS DOS TRABALHADORES SÃO POSTOS EM CAUSA E OS SINDICATOS IMPEDIDOS DE ENTRAR EM EMPRESAS E SERVIÇOS!

É PRECISO ROMPER COM A POLÍTICA DO PASSADO!

OS SALÁRIOS DOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NÃO SÃO AUMENTADOS DESDE 2009 E O DESCONGELAMENTO DAS CARREIRAS FICA MUITO AQUÉM DO EXIGÍVEL!

**Todos à
Manifestação Nacional
em Lisboa**

**15 horas
18 nov.
M. Pombal/Restauradores**



É PRECISO ROMPER COM A POLÍTICA DO PASSADO!

AS RELAÇÕES DE TRABALHO CONTINUAM PROFUNDAMENTE Desequilibradas a favor dos patrões e o governo do PS recusa-se a revogar as normas gravosas da legislação laboral!

É PRECISO AFIRMAR E EXERCER DIREITOS É preciso lutar:

Todos à
Manifestação Nacional
em Lisboa

15 horas
18 nov.
M. Pombal/Restauradores

Pelo aumento geral dos salários e por uma mais justa distribuição da riqueza

- Aumento dos salários, em 2018, em pelo menos 4%, e um acréscimo não inferior a 40 €/mês;
- Aumento do salário mínimo para 600€ em 1 de Janeiro de 2018;
- Aumento dos salários e descongelamento das progressões salariais e profissionais na Administração Pública e no Sector Empresarial do Estado.

Pelo emprego com direitos, contra a precariedade e todo o tipo de discriminações

- Criação de emprego estável, seguro e com direitos;
- Combate à precariedade segundo o princípio de que a um posto de trabalho permanente tem de corresponder um contrato de trabalho efectivo;
- Eliminação de todas as normas legais que facilitam e promovem a precariedade;
- Fim das discriminações nos salários, prémios e subsídios.

Pela reposição do direito de contratação colectiva

- Revogação das normas gravosas do Código do Trabalho, designadamente a caducidade, sobrevigência, escolha da convenção mais favorável e a possibilidade da sua suspensão;
- Reposição do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador e da renovação automática dos contratos colectivos;
- Eliminação da possibilidade de delegação de poderes para negociar em nome dos sindicatos;
- Exigência de que o governo respeite o direito de negociação dos sindicatos da Administração Pública.

Pela regulação e redução dos horários de trabalho

- Contra as adaptabilidades, bancos de horas e horários concentrados;
- Pelas 35 horas de trabalho semanal para todos os trabalhadores;
- Pela garantia de dois dias de descanso semanal, consecutivos, ao sábado e domingo;
- Pela reposição e melhoria do pagamento do trabalho suplementar e dos descansos compensatórios;
- Pela melhoria do trabalho em regime de turnos e nocturno.

Pela segurança social e serviços públicos para todos

- Reposição da idade geral da reforma aos 65 anos e revogação do factor de sustentabilidade;
- Acesso à reforma ao fim de 40 anos de descontos, sem penalização;
- Reposição e melhoria do poder de compra das pensões de reforma;
- Revisão do sistema de protecção no desemprego aumentando o tempo de concessão e eliminando o corte de 10% ;
- Serviços Públicos universais, de qualidade, que reforcem o Poder Local democrático, o Serviço Nacional de Saúde, a Escola Pública e a Segurança Social.

